

REPORTAGEM ESPECIAL

Lista dos indiciados pela CPI tem até delegados

São 68 pessoas que a CPI do Narcotráfico da Câmara Federal decidiu indiciar no Espírito Santo

RENATO PAOLIELO
RODRIGO COUTO
YASMINE HOFMANN

Sessenta e oito pessoas do Espírito Santo – entre políticos, empresários, advogados, delegados, policiais e desembargador aposentado – foram recomendadas ontem no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara Federal para serem processadas.

O relatório da CPI, presidida pelo deputado federal Magno Malta (PTB-ES), aponta que há indícios de envolvimento delas com narcotráfico, crime organizado, lavagem de dinheiro, homicídios, corrupção, sonegação fiscal, crime eleitoral, falso testemunho e prevaricação.

Os indiciados capixabas representam quase 10% das 828 pessoas listadas em todo o País pela comissão, que, ontem, revelou os detalhes do crime organizado e as suas conexões, dentro e fora do Brasil, depois de quase dois anos de investigação.

A reportagem de **A Tribuna** teve acesso à lista das pessoas indiciadas através do deputado federal Nilton Baiano (PPB), membro da CPI do Narcotráfico, que passou também o conteúdo parcial das cerca de 100 páginas do sub-relatório do Espírito Santo.

Entre os nomes constam dois deputados estaduais, que são o presidente da Assembleia Legis-

lativa, José Carlos Gratz (PFL), e Gilson Lopes (PFL).

O diretor da Assembleia, André Luiz Cruz Nogueira, está sendo indiciado por sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, crime eleitoral e agiotagem.

DELEGADOS

A CPI pode ainda o indiciamento de sete delegados da Polícia Civil por facilitação ao narcotráfico, contratação de inquiridos, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Na relação aparecem também oficiais da Polícia Militar: o coronel Walter Gomes Ferreira da Silva e o coronel da reserva Édson José da Silva, que estariam envolvidos em crime organizado, corrupção e homicídio.

Segundo o relatório da CPI, o empresário Francisco Marcelo de Souza Queiroga, dono do BINGÃO, é sócio do deputado José Carlos Gratz.

“Marcelo Queiroga teria ligações e dívidas com esse conglomerado criminoso da Colômbia”, diz o relatório, referindo-se ao Cartel de Cali.

“Na verdade, já se havia verificado no Estado a intensa ligação de donos de bingos e contratadores com o Cartel de Cali. Aparecem as pessoas de Francisco Marcelo de Souza Queiroga, João Amado Santos Godói e José Carlos da Rocha, todos sócios de José Carlos Gratz”, afirma o relatório.

Procurador pedirá prisão

O procurador chefe da República no Estado, Ronaldo Meira dos Vasconcellos Albo, poderá pedir a prisão temporária de pessoas do Espírito Santo indiciadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara dos Deputados.

Segundo Ronaldo Albo, tudo vai depender das análises do relatório das investigações feitas no Estado.

A conclusão das investigações da CPI do Narcotráfico será enviada à Procuradoria da República Federal e ao Ministério Público Estadual, onde serão tomadas as medidas necessárias ao prosseguimento das apurações dos indícios de criminalidade das pessoas relacionadas.

Ronaldo Albo informou ontem que ao receber os documentos da Câmara, o relatório será distribuído aos procuradores, que vão analisar caso a caso.

Depois das análises, a Procuradoria, assim como o Ministé-

rio Público Estadual, poderá tomar três providências.

“Nós poderemos fazer a denúncia com a ação penal, requisitar a instauração de inquérito ou arquivar o indiciamento”, explicou Ronaldo Albo.

No caso da ação penal ou do inquérito policiais, o procurador informou que pode ser solicitada também a prisão preventiva de pessoas indiciadas.

“Vai depender do que for necessário para a apuração dos fatos. Pode haver necessidade de pedir a prisão para aprofundar alguma investigação. Se for necessário, vamos tomar essa providência”, ressaltou Ronaldo Albo.

Ele apresentou ontem os processos que estão no Tribunal de Justiça e no Tribunal Regional Federal contra o presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz (PFL), respondendo a informação dada pelo parlamentar de que não teria nenhum processo contra ele.



O capixaba Magno Malta presidiu ontem a última sessão da CPI do Narcotráfico, em Brasília

Lista inicial tinha 72 nomes

A relação das pessoas indiciadas do Espírito Santo, que foram divulgadas ontem pelo deputado Nilton Baiano (PPB), integrante da CPI do Narcotráfico, constava uma lista com 72 nomes.

A reportagem de **A Tribuna** constatou, no entanto, que havia quatro nomes repetidos na relação, que passou para 68 pessoas, que foram aprovadas no relatório final da comissão, que foi apro-

vado ontem à noite em Brasília.

Havia informação de bastidores que a CPI iria indiciar não mais do que 20 pessoas no Estado, mas a listagem superou o número previsto.

A LISTA DOS INDICIADOS

POR CRIME ORGANIZADO E NARCOTRÁFICO

Geraldo Henrique Ferraz
Antonio C. Martins, o Toninho Mamão
Ronald Von Coolwijk
Marcelo Martins
Luiz Gonzaga Batista
Ricardo Rivarola Deniz
Creuza Buss Mellotto
Ismael Ferreira Nunes, o Nego
Givaldo Rômulo da Silva, o Bordô
Celso Luiz Sampaio
Sargento Haroldo Lira
Jedaia Marques da Costa

POR NARCOTRÁFICO, CRIME ORGANIZADO E HOMICÍDIO

Cláudio Fernandes

POR CRIME ORGANIZADO, CORRUPÇÃO E HOMICÍDIO

Alberto Ceolin
Coronel Walter Gomes Ferreira da Silva
Coronel Edson José da Silva
Milton José da Silva
Osmar Barbosa Braga
Romero Ribeiro de Almeida
José Ubaldo da Penha Manoel
Josemar Ubaldo da Penha Manoel
Ozéas Ribeiro Correia
Ezilton Casti Santos
Rosângela da Silva Gomes
Valdeir Martinelli
Paolo Pasqualetti
Adalberto Martinelli (e homicídio, improbidade administrativa e sonegação fiscal)
Delegado Gilson Lopes dos Santos Filho

(e homicídio)
Policial civil Adelmo Ferreira Fernandes
Policial civil Juarez José Xavier
José C. da Rocha (e lavagem de dinheiro)
Ex-tenente PM Paulo J. dos Santos Ferreira
Ex-PM Júlio da Silva Neto
Policial civil Carlos R. Aquino, o Magal
Escrivão Romualdo E. da Luz Faria

POR CRIME ORGANIZADO

Cleber Campanha (fraude fiscal e intimidação de testemunha)
José Carlos Gratz (deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa. Indiciado também por sonegação fiscal)
José Carlos Martins Filho
José C. da Rocha (e lavagem de dinheiro)
Dório Antunes de Souza
Desembargador Geraldo Correa Lima
José Mansur Silva Malhame
Vicente de Paulo do Espírito Santo
Joaquim Marcelo Denaday
João Geraldo Campanha (e corrupção)
Rogério Santório (e improbidade administrativa)

POR TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS

Luiz Fernando da Costa

POR LAVAGEM DE DINHEIRO

Francisco Marcelo de Souza Queiroz (e crime organizado)
João Amado Santos Godói (e crime organizado)
Fernando Jakes Teubner, presidente da Federação Capixaba de Motonáutica

Faustino dos Santos
José Carlos da Rocha (advogado)

POR CONTRATAÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS, PREVARICAÇÃO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA

Delegada Cecília Camata
Adelmo Ferreira Fernandes, policial civil (e homicídio)
Juarez José Xavier, policial civil (e homicídio)
Delegado José Geraldo Gomes

POR SONEGAÇÃO FISCAL

Franklin Plácido Camposana

POR OUTROS MOTIVOS

José Alayr Andreatta
André Luiz Cruz Nogueira (e sonegação, lavagem de dinheiro, crime eleitoral e agiotagem)
Delegado Cláudio Antônio Guerra (e facilitação ao narcotráfico)
Delegado Aristides Ferreira Lima Filho (e corrupção)
Delegado Ismael Foratine Peixoto de Lima (e contratação de inquiridos policiais)
Delegado Júlio César de Oliveira Silva (e falsidade ideológica)
Delegado João Geraldo Gomes
João Mariano Godoy (e ocultação de cadáver)
Walter Emilino Barcelos (e tentativa de homicídio)
Wesman Bermond Pereira
Aristides Ferreira Lima

DIVULGAÇÃO



Papai Noel sem vergonha provoca protesto
▶ 4

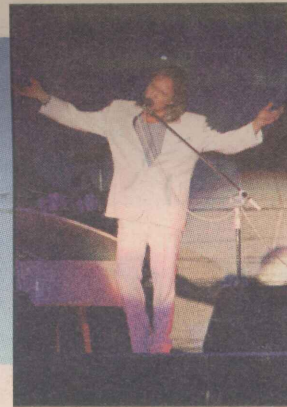
MARISA KISSIMOTO/AT



Amanhã é dia de sorteio do Gol
▶ 5

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

AGÊNCIA FOLHA



CD do Rei só no dia 15
▶ AT2

Exemplar de assinante.
Venda proibida.

a TRIBUNA



VITÓRIA-ES • QUARTA-FEIRA • 06/12/2000 • ANO LXII • Nº 19.986 • FUNDADO EM 22/09/1938 • EDIÇÃO DE 64 PÁGINAS

ADVOGADOS, POLÍTICOS E DELEGADOS ESTÃO NA LISTA

CPI do Narcotráfico indiciou 68 no Estado



PEDRO JUNIOR/QWERTY

Carros blindados da Marinha e 1.780 fuzileiros navais participaram de exercícios de combate na praia de Itaoca, em Itapemirim ▶ 16

Os capixabas representam quase 10% das 828 pessoas listadas em todo o País. No relatório final, os deputados federais recomendam ao Ministério Público que todas sejam processadas por indícios de envolvimento com narcotráfico, crime organizado, lavagem de dinheiro, homicídios, corrupção, sonegação fiscal, crime eleitoral, falso testemunho e prevaricação

▶ 2 e 3

Presos empresários e policiais acusados de roubo e assassinato

É o saldo parcial da Operação Carga Pesada ▶ 19 a 21

Mais de 25 mil caem na malha fina da Receita

▶ 26

Gratz reage: "Quero provas"

O presidente da Assembléia Legislativa vai à Justiça, ainda hoje, contra membros da CPI do Narcotráfico

O presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, deputado José Carlos Gratz (PFL) — que teve seu pedido de indiciamento feito pela CPI do Narcotráfico nacional, pela acusação de lavagem de dinheiro —, disse ontem que, após a votação final da comissão, irá pedir um habeas data, no qual, por decisão judicial, os membros da CPI terão que provar todas as acusações.

"Aqui nós temos justiça. Vou entrar amanhã (hoje) mesmo com um pedido de habeas data. Os deputados da CPI vão ter que mostrar com provas reais tudo o que estão me acusado", reagiu Gratz.

O presidente da Assembléia disse ainda:

"Não estou preocupado com as acusações da CPI. Contra mim jamais irão conseguir provar nada. Não cabe a mim provar nada. Continuo dizendo que os deputados valem para mim me-

nos que papel usado".

Gratz comentou que as acusações contra ele são infundadas e irreais.

"Eles falam em lavagem de dinheiro. Então, quero que me falem onde está o dinheiro. Quanto eles acharam nas minhas conta. O deputados tiveram acesso às minhas contas bancárias e à minha vida fiscal dos últimos cinco anos e não acharam nenhuma irregularidade. Eles não vão conseguir me intimidar. Quero ver as provas", disse o presidente da Assembléia.

Durante a noite de ontem, Gratz e seus assessores acompanharam a votação do relatório final da CPI através da TV Câmara, canal de assinatura de televisão.

Até o início da noite, o presidente não pretendia se pronunciar sobre o assunto, mas após a votação continuou afirmando que estava tranquilo em relação ao pedido de indiciamento.

Gilsinho rebate denúncia

O deputado estadual Gilson Lopes (PFL) — que teve o seu pedido de indiciamento feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico nacional, por crime organizado, corrupção e homicídio — disse, ontem, que possui toda a documentação nas polícias Civil e Militar e até do Ministério Público, comprovando sua idoneidade e que não responde a nenhum processo.

"Já entreguei toda a documentação sobre minha vida aos órgãos competentes e eles demonstram que eu não tenho nada a esconder", disse o deputado.

Gilsinho Lopes falou ainda que gostaria de ver as provas que a CPI possui contra ele.

"Quero ver as provas que essa comissão tem contra mim e saber do que a CPI está me acusando. Sou uma pessoa honrada e não devo nada a ninguém", disse.

O deputado acrescentou que irá aguardar a votação final do re-

latório da CPI para se pronunciar quanto aos resultados.

Rogério Santório — que teve seu pedido de indiciamento por improbidade administrativa — disse que não acreditava que seu nome estivesse na lista dos indiciados pela CPI.

Santório falou também que não tinha nada a temer e que estaria disposto a se defender das acusações.

O advogado Dório Antunes — que está sendo indiciado por crime organizado — passou a tarde em Guarapari, atendendo a um cliente. Seu telefone celular ficou fora de área e ele não foi localizado pela reportagem.

O empresário e dono do Bingão Real, Luiz Marcelo Queiroga, na tarde de ontem, antes da divulgação do relatório da CPI, falou que, se caso seu nome fosse citado pela comissão, iria se pronunciar sobre o assunto. Mas até as 23 horas, ele não foi localizado pela reportagem de **A Tribuna**.

Advogado fica surpreso

O advogado Joaquim Marcelo Denadai, um dos indiciados pela CPI do Narcotráfico, afirmou na noite de ontem que nunca foi citado ou ouvido pela CPI.

"Estou surpreso", foi sua reação quando soube que seu nome integra a lista da comissão.

Segundo ele, seu nome surgiu como um dos envolvidos com o crime organizado no Estado por causa de dois inimigos que tem: o delegado Francisco Badenes Júnior e um procurador-geral da República.

Marcelo Denadai disse ainda que agora ele tem um terceiro inimigo, que é um procurador que

atua no Distrito Federal, à quem ele acusou de ter extorquido o então prefeito de Cariacica, Cabo Camata.

"Eu provei no depoimento à Polícia Federal, através de gravações, que houve extorsão", disse o advogado.

"Não tenho nada contra os membros da CPI. Eles foram denunciados de informações e denúncias por pessoas rancorosas e irresponsáveis", continuou o advogado.

Denadai afirma ainda que o procurador da República foi testemunha na CPI e deu entrevistas à imprensa opinando sobre a comissão. "Isto foi aéreo".



Moroni Torgan foi o relator da CPI Nacional do Narcotráfico, que indiciou 828 pessoas

Malta lamenta força do crime

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, deputado Magno Malta (PTB), disse ontem que estava orgulhoso com o resultado da comissão, mas triste com a força do crime organizado no País.

O parlamentar capixaba disse, por telefone do Plenário I da Câmara Federal, que a CPI do Narcotráfico prestou um importante trabalho para o País.

"Apesar das pressões submetidas às nossas famílias, o eco na sociedade do nosso trabalho nos fortaleceu. Eu particularmente acredito que Deus

colocou essa missão nas minhas mãos", avaliou Magno Malta, ao lado do relator da CPI, deputado federal Moroni Torgan (PFL-CE).

Malta afirmou que todo o relatório da CPI do Narcotráfico está baseado em documentos e que a comissão trabalhou com o material que conseguiu apurar.

"A CPI está indiciando porque há indícios de ação criminosa que precisa ser comprovada pelo Ministério Público. A CPI não julga e não condena. Nós estamos apresentando os problemas que apare-

cem no momento", explicou Magno Malta, anunciando que a comissão encerra os seus trabalhos.

Magno Malta está preocupado com a segurança de sua família depois de presidir uma comissão parlamentar que está indiciando mais de 800 pessoas em todo o País.

"Só que a CPI não é Magno Malta. Eu presido uma comissão, mas não trabalho sozinho", disse o parlamentar capixaba, que não presidiu as investigações no Espírito Santo, que ficaram a cargo do deputado Fernando Ferro (PT-PÉ).

Bancos e telefonias se complicam

BRASÍLIA — Após 18 meses de investigações, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico concluiu ontem seu relatório final com a aprovação da lista de 828 acusados.

Estão na relação dois deputados federais, 15 estaduais, quatro prefeitos e magistrados, policiais, traficantes, empresários, estrangeiros e até seis diretores de bancos e de 31 empresas de telecomunicações.

O relatório também investe contra a Receita Federal e contra o Banco Central. A Receita é acusada de "inerte" por não ter colaborado na análise dos dados dos suspeitos.

Já o Banco Central é cobrado por ter tomado medidas para impedir o uso de possíveis "laranjas" não identificados até

em movimentações bancárias milionárias.

A ausência de respostas provocou o indiciamento por desobediência à CPI dos presidentes dos bancos HSBC, da Amazônia, do Estado de Goiás, Rural, Mercantil Finasa e do interventor do Banco do Estado do Amapá.

O relatório da CPI aponta que os bancos dificultaram a prestação de informações sobre pessoas e empresas investigadas. Das 855 quebras de sigilo bancário aprovadas pela comissão, os bancos deram informações apenas sobre a metade.

Em relação às outras contas, as instituições informaram não ter conseguido identificar seus titulares ou não terem dados sobre a movimentação bancária. A lista da CPI inclui indi-

ciados por narcotráfico, sonegação fiscal, crime organizado e lavagem de dinheiro. A deputada estadual Núbia Cozzolino, do PTB do Rio de Janeiro, foi a única indiciada por comunicação falsa de crime.

A lista dos acusados será encaminhada para a possível abertura de processo judicial pelo Ministério Público. No caso dos parlamentares e dos magistrados, as acusações serão encaminhadas às respectivas corregedorias.

O deputado federal Augusto Farias (PPB-AL) foi indiciado por suposto envolvimento em crime organizado e lavagem de dinheiro. Augusto é irmão de Paulo César Farias, já falecido, tesoureiro de campanha do ex-presidente Fernando Collor de Mello.